

# SER Social

PANDEMIA DE COVID-19 E POLÍTICAS SOCIAIS  
Brasília (DF), v. 25, nº 51, julho a dezembro de 2022

## Impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia

*Social impacts of Covid-19 in Brazil: vulnerable populations  
and responses to the pandemic*  
*Impactos sociales del Covid-19 en Brasil: poblaciones vulnerables  
y respuestas a la pandemia*

Talita Santos de Oliveira<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0003-2253-0793>

Recebido em: 25/04/2022

Aprovado em: 27/06/2022



Desvendar as repercussões da pandemia de Covid-19 no Brasil implica situar essa emergência sanitária à luz das desigualdades estruturais e das iniquidades em saúde vivenciadas nos distintos contextos pelos diferentes grupos sociais. Esse é um desafio a que se propõe o livro “Impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e

1 Assistente Social. Mestrado em Política Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Política Social. Assistente Social na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS) do Governo do Distrito Federal (GDF).

respostas à pandemia”, publicado em 2021, organizado por Gustavo Corrêa Matta, Sergio Rego, Ester Paiva Souto e Jean Segata.

Trata-se de uma coletânea de iniciativa do Observatório Covid-19 da Fiocruz, com a colaboração da Rede Covid-19 Humanidades MCTI, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A obra reúne artigos cujas reflexões e análises visam a desnudar a compreensão universalista e meramente biomédica e epidemiológica da pandemia, além de contribuir para o seu entendimento como fenômeno múltiplo e complexo, com impactos diferenciados sobre a população brasileira. Está organizada em três partes complementares, que agrupam, ao todo, 17 capítulos.

A primeira parte do livro, denominada “Ciências sociais, humanidades e a pandemia de Covid-19”, traz cinco capítulos, voltados para a discussão crítica da realidade pandêmica no Brasil a partir do arcabouço contributivo das Ciências Sociais. No capítulo 1, é apresentada uma narrativa, dentre várias possíveis, que demonstra a estreita relação entre política e saúde pública por meio da avaliação de alguns acontecimentos ocorridos entre janeiro e dezembro de 2020. A análise destaca o ambiente nacional de confronto e divergência permanente – marcado pelo discurso neoliberal da dicotomia saúde-economia – e o impacto da postura do presidente Jair Bolsonaro na minimização da gravidade da doença.

O capítulo 2 consiste em uma “prosa acadêmica”, que destaca a produção de vulnerabilidades nos primeiros dez meses do vírus Sars-CoV-2 no País. Problematisa o conceito de grupos de risco e a dinâmica diferenciada do processo de vulnerabilização-proteção populacional, configurada a partir das iniquidades socioeconômicas, do escopo e da organização dos sistemas de saúde dos diversos países. Denuncia-se com maestria a falácia do discurso sobre o caráter democrático do coronavírus, demonstrando-se que a pandemia afeta de maneira distinta e desproporcional os indivíduos e as coletividades de estratos mais e menos privilegiados.

Esse debate é complementado pelas análises apresentadas nos capítulos posteriores. Notadamente, o capítulo 3 constrói uma crítica das Ciências Humanas e Sociais sobre a pandemia de Covid-19 em suas dimensões globais, continentais e nacionais, contextualizando comparativamente o Brasil na análise das respostas internacionais à crise. Apresenta ponderações sobre a ideia de “crise sanitária” e sua concepção expandida, haja vista também que se constitui em crise

econômica, social e política. Reforça, ainda, que a qualificação da crise não é neutra, mas uma decisão política, que norteará as respostas elaboradas em seu enfrentamento.

No capítulo 4, a noção de vulnerabilidade em saúde é interpretada em uma perspectiva ampliada e interseccional. Os autores apresentam o conceito de *mistanásia*, que “designa morte fora do tempo, miserável e totalmente evitável”. Essa forma de morte, observada no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, decorre da ausência de provimento de cuidados básicos e acesso à saúde como direito universal e do direcionamento de recursos e tecnologias para proteção de determinadas vidas em detrimento de outras. Ao final da primeira parte, o capítulo 5 nos incita ao questionamento do papel do neoliberalismo na produção intensiva de doenças, considerando o modo como a agroindústria alimentar molda relações nocivas entre humanos, animais e ambientes, em uma abordagem etnográfica sobre contaminações pelo coronavírus entre trabalhadores de frigoríficos do sul do Brasil.

A segunda parte do livro, intitulada “Narrativas sobre populações vulnerabilizadas”, é composta por nove capítulos. De maneira geral, o intuito dos capítulos é deslindar os reflexos da pandemia de Covid-19 nas particularidades vivenciadas por pessoas e grupos populacionais em situação de vulnerabilidade, considerando os marcadores de raça, cor, etnia, gênero, geração, classe, território, escolaridade e deficiência. Nessa seção, ganham relevo a interseccionalidade – como ferramenta imprescindível à interpretação das vulnerabilidades específicas de cada grupo populacional abordado nos capítulos – e a intersetorialidade – como uma diretriz das estratégias propostas para o enfrentamento das desigualdades sociais e das iniquidades em saúde vivenciadas por essas populações, acentuadas no contexto pandêmico.

O capítulo 6 inicia esse percurso anunciando que pandemia é terreno fértil para a emergência ou o agravamento de quadros de sofrimento psíquico, especialmente quando se trata de grupos populacionais vulnerabilizados por processos de exclusão social. Neste sentido, os autores apontam como foram organizados alguns serviços de saúde mental e atenção psicossocial oferecidos à população em situação de rua, à população privada de liberdade e às pessoas migrantes ou refugiadas ao longo do ano de 2020. Ao abordar os riscos diferenciais enfrentados por cada uma dessas populações, os autores apresentam estratégias que podem ser formuladas para a adoção de ações de cuidado amplo em

saúde mental e atenção psicossocial, destacando a importância de se construir respostas intersetoriais – com a participação das diversas políticas públicas – e singulares – que considerem as particularidades de cada grupo.

No capítulo 7, promove-se a reflexão sobre as repercussões sociais da pandemia de Covid-19 na vida das pessoas com deficiência, enfatizando a necessidade de leitura da realidade a partir da interseccionalidade. Em virtude da ausência de dados sobre o adoecimento de pessoas com deficiência, as autoras se debruçam sobre a análise de normativas e documentos nacionais e internacionais, publicados ao longo de 2020, que reconhecem os marcadores sociais da diferença na vida dessa população no cenário da pandemia de Covid-19.

Considerando que as favelas se constituem em um dos principais espaços forjados pela desigualdade estrutural engendrada pelo modo de acumulação capitalista, o capítulo 8 aborda os reflexos da pandemia de Covid-19 sobre a população residente nesses territórios, no Estado do Rio de Janeiro. A partir da compreensão da determinação social da saúde, os autores notabilizam questões que corroboram as precárias condições de vida e de saúde dessas populações e advertem para a inadequação de algumas orientações de medidas de distanciamento social, que desconsideram as realidades da inserção laboral, da obtenção de renda, da habitabilidade e de moradia desse contingente populacional.

Os capítulos 9 e 10 problematizam a vulnerabilidade socioeconômica e sanitária dos povos indígenas e evidenciam as fragilidades e ineficiências da gestão da saúde indígena brasileira. A pandemia revelou as deficiências do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (Sasi-SUS) e a sua frágil articulação com os demais níveis de complexidade da rede SUS, de modo que as respostas governamentais direcionadas à redução dos impactos da disseminação da Covid-19 entre essa população se mostraram parcas, desarticuladas e desconectadas do diálogo com as instâncias de controle social e representação indígena.

Outro grupo destacado na análise sobre o gerenciamento da pandemia no contexto brasileiro é o dos idosos, população problematizada por meio de um relato etnográfico, apresentado no capítulo 11. As autoras chamam a atenção para o reforço dos estigmas associados ao envelhecimento, implícitos na noção de grupo de risco e nas estratégias

adotadas para prevenção da disseminação da doença entre esse segmento populacional, apontando que, em alguma medida, consistem em ações de cuidado que se mimetizam em controle e regulação das condutas. Logo, são contrapostas duas noções que delineiam os estilos de regulação moral, aflorados no cenário da pandemia de Covid-19: a de dependência e a de autonomia.

Por fim, a segunda parte se encerra com três capítulos direcionados à análise das questões de gênero no contexto pandêmico. No capítulo 12, a categoria gênero é tomada como um ponto de partida fundamental para a problematização das relações entre saúde e cuidado e para a compreensão de como a pandemia tem afetado homens, mulheres, pessoas não binárias e transgêneros de maneira diferenciada. No capítulo 13, a partir de visita ao Vale do Jequitinhonha e do relato de mulheres quilombolas, dá-se voz a uma narrativa coletiva sobre os impactos da Covid-19 no cotidiano das mulheres quilombolas no ano de 2020. O capítulo 14, por sua vez, trata da intensificação da violência contra mulheres no período da adoção do isolamento social como política de prevenção à disseminação do coronavírus, situação agravada pela redução dos mecanismos de intervenção do Estado nessa problemática nos últimos anos.

A terceira parte da coletânea, “Ciência, Tecnologia e Comunicação”, apresenta algumas iniciativas e atores institucionais cruciais para a construção e implementação de respostas à pandemia, enfocando a conexão orgânica entre ciência, saúde e sociedade. No capítulo 15, são analisadas ações protagonizadas pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) que não apenas atenderam à situação emergencial, mas também se instituem como um legado para o fortalecimento do SUS. Dentre essas ações, ressaltam-se as seguintes: apoio ao diagnóstico, com a criação de testes; a produção de conhecimento científico e informação por meio da coleta, da análise e do processamento de dados; o desenvolvimento de iniciativas de assistência e de imunização; a realização de pesquisas e a constituição de observatórios voltados para as populações em situação de vulnerabilidade socioambiental.

O capítulo 16 detalha uma experiência de tecnologia social em saúde desenvolvida no combate à Covid-19 em territórios vulnerabilizados de centros urbanos, por meio da atuação cooperada entre a FIOCRUZ, organizações comunitárias e sociais, movimentos populares e instituições de caráter solidário. O projeto, denominado *Conexão Saúde – De*

*olho na Covid*, é uma ação articulada no território e tem como bases a comunicação, a informação, a vigilância ativa e o cuidado integral em saúde. Por fim, o capítulo 17 da coletânea encerra o volume, promovendo a reflexão sobre como o entendimento acerca da pandemia, ao longo do ano de 2020, foi modulado pela linguagem jornalística, cuja prática discursiva não é neutra, mas política e moralmente orientada. Temas como o fortalecimento do SUS, o direito à saúde pública universal e a vulnerabilidade em saúde das populações que sofrem processos de exclusão social não obtiveram, nas coberturas jornalísticas, o mesmo destaque que outros, relacionados às questões políticas.

Não há como negar a potência de toda a obra para a compreensão crítica e interseccional da pandemia de Covid-19 no Brasil e seu impacto diferenciado sobre as populações em situação de vulnerabilidade. Todo o percurso empreendido evidencia os desafios ainda presentes na contemporaneidade. Logo, o livro nos convida a pautar a desnaturalização dos marcadores da diferença e a conferir a visibilização das heterogeneidades e especificidades dos grupos sociais que sofrem processos de exclusão na agenda da saúde pública e das políticas sociais brasileiras.